



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

12.º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E
DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2004 -



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CEJUR – 12º CONCURSO DE ESTAGIARIOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) **A orientação do Supremo Tribunal Federal com relação à propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) visando a impugnar lei federal flagrantemente inconstitucional editada anteriormente à promulgação da Constituição de 1988 é:**
- (a) O pedido formulado na ação será julgado procedente por ser inconcebível a permanência de uma norma inconstitucional no ordenamento jurídico, independente da data de sua edição.
 - (b) O pedido será julgado procedente pois, excepcionalmente, em hipóteses de norma flagrantemente inconstitucional, o STF admite a propositura de ADI para impugnar direito pré-constitucional.
 - (c) A ação não será conhecida, pois norma federal não pode ser objeto de ADI.
 - (d) O pedido será julgado procedente visto que, segundo orientação do STF, a norma anterior à Constituição com ela incompatível sofre de inconstitucionalidade superveniente, devendo ser retirada do ordenamento jurídico.
 - (e) A ação não será conhecida, pois norma anterior à Constituição vigente não pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- 2) **Com relação às recentes modificações introduzidas na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:**
- (a) A Emenda Constitucional n.º 41/2003 promoveu alterações nas competências do Supremo Tribunal Federal, introduzindo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como mais um mecanismo de controle concentrado de constitucionalidade.
 - (b) A Emenda Constitucional n.º 19/1998 instituiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para os servidores públicos da Administração Pública Direta e Indireta de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (c) A Emenda Constitucional n.º 41/2003 previu a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre os proventos de inatividade de servidores públicos e pensões, tendo sido a referida cobrança considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (d) A Emenda Constitucional n.º 20/1998 positivou no texto constitucional o princípio da razoabilidade como princípio setorial da Administração Pública.
 - (e) A Emenda Constitucional n.º 41/2003 previu limite máximo de remuneração a ser aplicado aos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas a eficácia de tal norma depende da edição de lei de iniciativa conjunta dos três poderes da União.
- 3) **A respeito do Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:**
- (a) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
 - (b) os Governadores de Estado serão processados e julgados, originariamente, nos crimes comuns, perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (c) os Ministros do Supremo Tribunal Federal são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (d) a jurisprudência pacífica dos tribunais nacionais admite que o Poder Judiciário controle o mérito dos atos administrativos, em qualquer hipótese, descaracterizando violação ao princípio da separação funcional de poderes.
 - (e) a vitaliciedade, como garantia da magistratura, será adquirida, no primeiro grau, após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal a que estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

4) À luz das afirmativas abaixo, assinale a opção correta:

- I- O poder constituinte originário é inicial, incondicionado e autônomo.
- II- O poder constituinte derivado subdivide-se em reformador e decorrente. O poder constituinte derivado reformador consiste na possibilidade de modificação do texto constitucional, respeitado o procedimento próprio previsto na Constituição. O poder constituinte derivado decorrente, por sua vez, relaciona-se à auto-organização dos Estados-membros por intermédio de suas respectivas constituições estaduais.
- III- O poder constituinte derivado é subordinado, limitado e condicionado, pois retira sua força do poder constituinte originário.

- (a) Todas as afirmativas estão corretas.
- (b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- (c) Apenas a afirmativa I está correta.
- (d) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- (e) As afirmativas II e III estão incorretas.

5) A concepção jurídica de Estado Liberal diferencia-se da concepção de Estado Social na medida em que o modelo liberal propõe:

- (a) um Estado de Direito, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais, ao passo que o modelo de Estado Social propõe um Estado totalitário.
- (b) um Estado mínimo, com ênfase na proteção dos direitos civis e políticos, enquanto o modelo de Estado Social propõe um Estado intervencionista, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- (c) a descentralização política, ao passo que o Estado Social propõe a forma unitária de Estado, politicamente centralizado.
- (d) A forma de governo republicana e o sistema parlamentarista, enquanto o Estado Social, apesar de também propor a forma de governo republicana, adota o sistema presidencialista.
- (e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

6) Com relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a alternativa equivocada.

- (a) É proposta perante o Supremo Tribunal Federal tendo por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.
- (b) É cabível a propositura de ADPF com relação a leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais.
- (c) Não é admitida a ADPF quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade do ato do Poder Público, constituindo pressuposto de admissibilidade conhecido como "subsidiariedade".
- (d) Qualquer cidadão é parte legítima para sua propositura, sendo que a prova da cidadania é realizada por intermédio do título de eleitor.
- (e) A decisão proferida na ADPF tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

7) Com relação ao processo legislativo, assinale a afirmativa equivocada.

- (a) De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a sanção da Chefia do Poder Executivo não tem o condão de sanar vício de iniciativa para a instauração do processo legislativo.
- (b) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- (c) Não será objeto de deliberação proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- (d) Em razão de sua autonomia, os Estados-membros, ao se auto-organizarem por meio de suas próprias Constituições, não estão obrigados a seguir as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal.
- (e) São de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo os projetos de lei que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

- 8) Servidor público do Estado do Rio de Janeiro impetra, em 12 de dezembro de 2004, mandado de segurança visando a anular ato de Secretário de Estado, publicado em 12 de junho de 2004, que lhe aplicou pena de suspensão por falta funcional praticada no exercício de suas atribuições. Nesse caso, o mandado de segurança:
- não será conhecido, eis que ato emanado de Secretário de Estado não pode ser impugnado por mandado de segurança.
 - deverá ser impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para apreciação dos mandados de segurança impetrados contra ato de Secretário de Estado.
 - será extinto com o acolhimento da questão prévia de decadência, uma vez que impetrado quando decorridos mais de cento e vinte dias da ciência do ato impugnado.
 - comportará a produção de todos os meios de prova admitidos em direito, uma vez que não há a necessidade de apresentação de prova pré-constituída.
 - todas as alternativas estão incorretas.
- 9) São princípios constitucionais da Administração Pública, exceto:
- Impessoalidade
 - Eficiência
 - Legalidade
 - Anterioridade
 - Publicidade
- 10) Assinale a alternativa correta:
- O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez por igual período.
 - O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável.
 - Durante o prazo previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.
 - O prazo de validade do concurso público é fixado discricionariamente pela autoridade administrativa, sem qualquer limitação temporal.
 - O candidato aprovado em concurso público, nomeado, não tem direito subjetivo à posse.
- 11) À luz das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:
- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei.
 - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, de prova ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação.
 - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - A Administração Pública estabelecerá, por decreto, os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- Apenas a afirmativa IV está equivocada.
 - Todas as afirmativas estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão equivocadas.
 - Apenas a afirmativa III está equivocada.
 - As afirmativas III e IV estão equivocadas.
- 12) Compete aos Estados instituir impostos sobre:
- propriedade de veículos automotores e sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - produtos industrializados e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, e sobre a propriedade territorial e predial urbana.
 - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários, e sobre a propriedade territorial rural.

13) Assinale a alternativa incorreta:

- (a) As medidas provisórias têm força de lei e podem ser editadas pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência.
- (b) As medidas provisórias não podem dispor sobre matéria relativa à cidadania e nacionalidade.
- (c) Medidas provisórias não podem dispor sobre direito penal, processual penal e processual civil.
- (d) As medidas provisórias não têm força de lei, servindo ao Chefe do Poder Executivo para melhor explicitar comandos normativos.
- (e) As medidas provisórias têm força de lei e podem ser editadas pelo Presidente da República e pelos Governadores do Estado, desde que exista previsão na Constituição Estadual, em caso de relevância e urgência.

14) Podem propor ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF:

- (a) O Procurador-Geral do Estado, o Procurador-Geral da República, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- (b) Somente o Procurador-Geral da República, mediante representação do Presidente da República, do Congresso Nacional, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- (c) O Presidente da República, o Governador de Estado, a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa de Assembléia Legislativa.
- (d) O Governador de Estado, o Procurador-Geral do Estado, Procurador-Geral da República, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa e os partidos políticos com representação no Congresso.
- (e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional e o Procurador-Geral do Estado.

15) São atribuições dos Tribunais de Contas dos Estados, exceto:

- (a) Auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo, de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta estadual, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.
- (b) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio a esse respeito, a ser apreciado pela Assembléia Legislativa.
- (c) Apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (d) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (e) Julgar anualmente, em caráter definitivo, as contas prestadas pelo Governador do Estado.

16) À luz das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- (a) As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, em razão de conduta comissiva, sendo, pois, em qualquer hipótese, irresponsáveis em caso de omissão.
- (b) Em caso de condenação judicial em ação indenizatória proposta em face das pessoas jurídicas de direito público, por ato doloso ou culposo de seus agentes que tenha causado dano a terceiro, não se admite a propositura de ação regressiva pela Administração Pública.
- (c) A responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público, prevista na Constituição da República, baseia-se na Teoria do Risco Administrativo, que obriga o lesado a comprovar a culpa ou o dolo dos agentes públicos.
- (d) A responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público, prevista na Constituição da República, baseia-se na Teoria do Risco Administrativo, mas admite que seja excluído o nexo causal mediante a comprovação de fato exclusivo da vítima, de caso fortuito ou força maior, ou de fato de terceiro.
- (e) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público, prevista na Constituição da República, é subjetiva, devendo o lesado comprovar a ação ou omissão, o dano e o nexo de causalidade.

- 17) Com relação ao princípio da isonomia e às políticas de ação afirmativa, é incorreto afirmar que:
- (a) As ações afirmativas são políticas públicas de caráter temporário por meio das quais se pretende acelerar a igualdade de fato entre grupos vulneráveis (mulheres, afrodescendentes, portadores de deficiência etc.) e o restante da sociedade, mediante tratamento mais favorável que compense temporariamente a debilidade econômico-social daquele grupo.
 - (b) A Constituição da República de 1988 contempla políticas de ação afirmativa no que diz respeito ao acesso dos portadores de deficiência física a cargos e empregos públicos, determinando que a legislação infraconstitucional lhes reserve um percentual das vagas e estabeleça os critérios de admissão.
 - (c) O princípio da isonomia, em sua formulação usual, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que desigualem.
 - (d) Buscam as ações afirmativas, segundo os seus defensores, concretizar a igualdade formal.
 - (e) A Constituição da República de 1988 abre espaço para políticas de ação afirmativa em favor das mulheres em sua atuação no mercado de trabalho, quando dispõe serem direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- 18) O Governador do Estado edita, em período eleitoral, decreto por meio do qual majora as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dispondo que a majoração passa a vigorar a partir da publicação do decreto. A esse respeito, é correto afirmar que:
- (a) O decreto é constitucional, tendo sido editado com observância dos princípios constitucionais que regem o poder de tributar.
 - (b) O decreto é inconstitucional, visto que o IPVA é de competência municipal, não podendo ser regulado por ato do Governador do Estado.
 - (c) O decreto é inconstitucional, visto que a Carta de 1988 veda que se promova alteração na legislação tributária durante período eleitoral.
 - (d) O decreto é inconstitucional pois viola os princípios da legalidade e da anterioridade.
 - (e) O decreto é inconstitucional por violar apenas o princípio da legalidade, não havendo violação ao princípio da anterioridade em razão da natureza extrafiscal do IPVA.
- 19) São princípios constitucionais sensíveis, cuja inobservância pode justificar a intervenção federal, exceto:
- (a) Direitos da pessoa humana
 - (b) Soberania municipal
 - (c) Autonomia municipal
 - (d) Forma republicana
 - (e) Regime democrático
- 20) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa incorreta:
- (a) A Constituição de 1988 garante o direito de propriedade, mas o condiciona ao cumprimento de sua função social.
 - (b) A Constituição de 1988 consagra o princípio da jurisdição una, ao prever que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - (c) A Constituição de 1988 confere proteção expressa ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, em atenção ao princípio da segurança jurídica.
 - (d) A Constituição de 1988 consagra o princípio do devido processo legal, assegurando a observância do contraditório e da ampla defesa apenas nos processos judiciais, excluindo sua aplicação nos processos administrativos, em razão de sua informalidade.
 - (e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

DIREITO CIVIL

21. A lei entra em vigor:

- a) sempre na data de sua publicação;
- b) na data de sua sanção;
- c) na data de sua promulgação;
- d) somente quando ocorre o fenômeno da reprivatização;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

- 22. Sobre a capacidade para o exercício dos atos civis, assinale a alternativa incorreta:**
- a) os que, por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade, são absolutamente incapazes;
 - b) os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes;
 - c) os ébrios habituais são relativamente incapazes;
 - d) os pródigos são relativamente incapazes;
 - e) o casamento não faz cessar a incapacidade em qualquer dos casos acima.
- 23. Sobre a morte presumida, assinale a opção correta:**
- a) a morte se presume, quanto aos ausentes, 6 (seis) meses após o desaparecimento;
 - b) não se pode declarar a morte presumida apenas com base na probabilidade, ainda que extrema, de quem estava em perigo de vida;
 - c) pode ser declarada a morte presumida do prisioneiro de guerra que não for encontrado até dois anos após o fim da guerra;
 - d) não se pode presumir a morte, pois a presunção é figura jurídica e a morte fato natural;
 - e) só se pode presumir a morte encontrando-se um corpo, ainda que não seja realizado o exame de DNA.
- 24. Sobre o direito subjetivo, assinale a alternativa correta:**
- a) é uma faculdade de agir assegurada pelo direito objetivo;
 - b) pode ser exercido de maneira abusiva;
 - c) o direito, quando adquirido, não goza de proteção contra leis retroativas;
 - d) quando violado, dá ensejo a uma pretensão, em regra, imprescritível;
 - e) é sempre personalíssimo.
- 25. Quanto ao pseudônimo, assinale a alternativa incorreta:**
- a) o pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome apenas quando adotado para atividades lícitas;
 - b) o pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome apenas quando incorporado ao nome no registro civil;
 - c) o pseudônimo alheio não pode ser usado em propaganda comercial sem autorização;
 - d) o pseudônimo da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público;
 - e) o direito ao pseudônimo é um dos direitos da personalidade.
- 26. É pessoa jurídica de direito público:**
- a) a sociedade de economia mista;
 - b) a empresa pública;
 - c) a Procuradoria Geral do Estado;
 - d) o Distrito Federal;
 - e) o Governador do Estado, quando no exercício de suas funções.
- 27. A fundação não pode ter por finalidade:**
- a) a promoção de *shows* ao ar livre;
 - b) o acolhimento de menores abandonados;
 - c) a divulgação do catolicismo;
 - d) a assistência à terceira idade;
 - e) a importação e comercialização de roupas.
- 28. Quanto ao domicílio das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:**
- a) a União tem domicílio no Distrito Federal;
 - b) os Estados têm domicílio nas respectivas capitais;
 - c) o Município tem domicílio no lugar onde funciona a administração municipal;
 - d) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado têm domicílio na Assembléia Legislativa, no Palácio do Governo e no Tribunal de Justiça, respectivamente;
 - e) as pessoas jurídicas de direito privado têm domicílio no lugar onde funcionam as respectivas diretorias ou administrações, ou no local indicado em seus atos constitutivos.
- 29. Sobre a classificação dos bens em móveis e imóveis para os efeitos legais, assinale a alternativa incorreta:**
- a) os direitos reais sobre imóveis são bens imóveis;
 - b) as energias que tenham valor econômico são bens móveis;
 - c) os materiais provisoriamente separados do prédio para nele se reempregarem são bens móveis;
 - d) os direitos pessoais de caráter patrimonial são bens móveis;
 - e) o direito à sucessão aberta é bem imóvel.

30. A comoriência:

- a) pode ser afastada por prova pericial em contrário;
- b) é irrelevante para a sucessão hereditária;
- c) decorre de uma presunção absoluta de morte simultânea;
- d) dá ensejo à morte civil;
- e) não é prevista no novo Código Civil.

31. Sobre a invalidade dos atos jurídicos, é correto dizer:

- a) o ato nulo é suscetível de confirmação;
- b) o ato anulável não convalesce pelo decurso do tempo;
- c) anulado o ato, as partes voltam ao estado anterior ou são indenizadas com o equivalente;
- d) não é admitida a conversão do ato nulo;
- e) a anulação pode ser decretada *ex officio*.

32. Analise as três afirmações a seguir e responda ao final:

- I. Não corre a prescrição contra as pessoas absoluta e relativamente incapazes.
- II. A decadência, quando estabelecida na lei ou no contrato, pode ser conhecida *ex officio*.
- III. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

- a) apenas a afirmação I é correta;
- b) apenas a afirmação II é correta;
- c) apenas a afirmação III é correta;
- d) as afirmações I e III são corretas;
- e) todas as afirmações são corretas.

33. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o ato ilícito pode ser comissivo ou omissivo;
- b) o ato ilícito é fonte de responsabilidade civil;
- c) o dano pode ser exclusivamente moral;
- d) o ato ilícito deve ser sempre intencional;
- e) não é ilícito o ato praticado em legítima defesa.

34. Não são bens públicos:

- a) os bens de uso comum do povo;
- b) os bens de uso especial, destinados a serviço de autarquia estadual;
- c) os bens de uso especial, tais como edifícios destinados a estabelecimento da administração federal;
- d) os bens pertencentes a associações declaradas como de utilidade pública;
- e) os bens dominicais.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) o erro é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico;
- b) o negócio viciado por erro pode ser confirmado pela parte a quem prejudique;
- c) o erro, ainda que accidental, permite a anulação;
- d) o erro, sendo de direito, não pode ser considerado substancial;
- e) não se admite erro se a vontade é transmitida por meios interpostos.

36. Sobre a lesão e o estado de perigo, assinale a alternativa incorreta:

- a) a lesão permite a anulação do negócio jurídico;
- b) um dos requisitos do estado de perigo é a assunção, pela vítima, de obrigação excessivamente onerosa;
- c) a anulação por lesão pode ser evitada se a parte favorecida oferecer suplemento suficiente;
- d) no estado de perigo, há a possibilidade de grave dano conhecido pela parte contrária;
- e) a lesão significa a excessiva onerosidade superveniente.

37. A fraude contra credores:

- a) pode acontecer apenas quanto a negócios praticados pelo devedor a título gratuito;
- b) tem como excludente os negócios ordinários do devedor, indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil;
- c) é o mesmo que fraude à execução;
- d) não pode ser alegada por credores quirografários;
- e) é um vício do consentimento.

38. Quanto às obrigações, examine as assertivas seguintes:

- I. O enriquecimento sem causa é fonte de obrigações.
- II. A solidariedade pode ser presumida, quando não seja expressa na lei ou no contrato.
- III. Admite-se que a obrigação seja de dar coisa incerta, indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.

- a) as afirmações I e II são corretas;
- b) as afirmações II e III são corretas;
- c) as afirmações I e III são corretas;
- d) todas as afirmações são corretas;
- e) todas as afirmações são incorretas.

39. Na responsabilidade civil do Estado, é correto dizer:

- a) que cabe direito de regresso contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, dolo ou culpa;
- b) que é sempre subjetiva;
- c) que se dispensa o nexa causal;
- d) que o concessionário de serviço público é irresponsável;
- e) que não está sujeita à prescrição.

40. A forma do ato jurídico:

- a) deve ser sempre escrita, salvo quando a lei expressamente admitir a forma oral;
- b) deve ser defesa em lei, para a validade do ato;
- c) pode ser verbal, em negócios que visem à constituição de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta salários mínimos;
- d) pode ser substituída pelo silêncio, se a lei exigir o instrumento público;
- e) quando prescrita em lei, é da substância do ato, essencial para a sua validade.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41. Constituem os elementos identificadores da ação:

- a) somente as partes e o pedido;
- b) o autor, o réu e o Estado-Juiz;
- c) as partes, a causa de pedir e o pedido;
- d) o objeto lícito, as partes legítimas e os fundamentos jurídicos do pedido;
- e) nenhuma das respostas acima.

42. Caracteriza-se o interesse de agir:

- a) pela presença do binômio necessidade/utilidade da ação proposta;
- b) pela exigência de que tenha o autor da ação relação direta com o objeto da tutela jurisdicional postulada;
- c) pela admissibilidade, em tese, do pedido formulado em juízo;
- d) pela relação entre a pessoa do autor e o mérito do processo;
- e) pela intenção de obter certeza jurídica acerca da ocorrência de determinado fato.

43. É competente o foro:

- a) somente do domicílio do autor para a ação de oferecimento de alimentos;
- b) do domicílio do autor, nas ações em que o incapaz for réu;
- c) apenas do domicílio do réu para as ações indenizatórias;
- d) da comarca da capital, para os procedimentos relacionados à sucessão *causa mortis*;
- e) do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.

44. Há litispendência:

- a) quando duas demandas têm as mesmas partes e causas de pedir;
- b) quando se repete ação já decidida por sentença transitada em julgado;
- c) quando duas demandas têm as mesmas partes e o mesmo pedido;
- d) quando se repete ação, que tenha as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido de outra que já esteja em curso;
- e) nenhuma das respostas acima.

45. Sobre o princípio da inércia da jurisdição, pode ser afirmado:

- a) que o juiz está impedido de ordenar a produção de provas necessárias à solução da lide ou controvérsia;
- b) que o processo se inicia por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso do juízo;
- c) que o juiz está impedido de impulsionar o processo, a não ser que assim o requeiram as partes;
- d) que compete à partes requererem a produção das provas necessárias à solução da lide ou controvérsia, estando o juiz impedido de determinar as provas que considere necessárias ao seu convencimento;
- e) que o juiz depende de requerimento da parte para, após a fase de instrução do processo, proferir sua decisão.

46. Assinale a alternativa correta:

- a) os documentos indispensáveis à propositura da ação podem ser anexados ao processo, pelo autor, a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive nas instâncias extraordinárias;
- b) para que a relação processual se constitua é necessária a existência de citação válida;
- c) é ônus exclusivo do autor a necessidade de comprovar a capacidade de estar em juízo e a postulatória;
- d) a capacidade postulatória é condição da ação vinculada à legitimação *ad causam* do réu;
- e) nenhuma das respostas acima.

47. Quanto à incompetência absoluta, é correto afirmar:

- a) pode e deve ser ela alegada pelas partes e declarada pelo juiz, a qualquer tempo;
- b) que ela se prorroga e pode ser objeto de renúncia ou acordo entre as partes;
- c) é instituto vinculado à organização judiciária, razão pela qual não é de interesse público;
- d) a sua declaração não implica a nulidade dos atos decisórios proferidos no processo;
- e) deve ser alegada através da apresentação de exceção de incompetência pelo réu.

48. No que diz respeito à competência do Supremo Tribunal Federal, expressamente delineada na Constituição Federal, pode ser afirmado que não se inclui na competência da Corte:

- a) processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e ação declaratória de constitucionalidade da lei ou ato normativo federal;
- b) julgar recurso extraordinário quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição;
- c) processar e julgar ações populares nas hipóteses de figurar como réu o Presidente da República;
- d) reclamação para preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- e) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou estes e qualquer outro tribunal.

49. Sobre a sentença que põe fim ao processo, sem julgamento do mérito, é correta a seguinte afirmação:

- a) não transita em julgado, uma vez que não foi solucionada a lide ou demanda objeto de provimento jurisdicional;
- b) somente pode se referir à inexistência de uma das condições da ação;
- c) é irrecorrível, uma vez que a lei possibilita a repropositura da ação pelo autor;
- d) transita em julgado, sendo qualificada pela coisa julgada formal e impede a repropositura da ação;
- e) transita em julgado e, na hipótese de se fundar no acolhimento de alegação de preempção, litispendência e coisa julgada será desfeito ao autor que repropõe a ação.

50. No que diz respeito à competência para legislar sobre processo é correto afirmar que:

- a) a União e os Estados possuem competência concorrente para legislar sobre normas gerais;
- b) os Estados não possuem competência para legislar sobre processo ou procedimentos;
- c) União, Estados e Municípios têm competência para legislar, em observância ao princípio federativo;
- d) a União tem competência privativa para legislar sobre processo e os Estados têm competência para legislar, em concorrência com a União, sobre procedimentos em matéria processual;
- e) os Municípios podem legislar, em competência concorrente com a União, sobre procedimentos em matéria processual.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

12.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 27.11.2004:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	TEORIA GERAL DO PROCESSO
01 - E	21 - E	41 - C
02 - C	22 - B	42 - A
03 - D	23 - C	43 - E
04 - A	24 - A	44 - D
05 - B	25 - B	45 - B
06 - D	26 - D	46 - B
07 - D	27 - E	47 - A
08 - C	28 - D	48 - C
09 - D	29 - C	49 - E
10 - C	30 - A	50 - D
11 - A	31 - C	
12 - B	32 - C	
13 - D	33 - D	
14 - C	34 - D	
15 - E	35 - B	
16 - D	36 - E	
17 - D	37 - B	
18 - D	38 - C	
19 - B	39 - A	
20 - D	40 - E	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2004.

PEDRO GONÇALVES DA ROCHA SLAWINSKI
Procurador-Coordenador do CEJUR